

Biopolítica ::
críticas_debates_perspectivas

Biopolítica: críticas, debates e perspectivas

© 2018 Editora Filosófica Politeia para a edição brasileira

© 2018 by Thomas Lemke

TÍTULO ORIGINAL Biopolitik zur Einführung

TRADUÇÃO Eduardo Altheman Camargo Santos

REVISÃO TÉCNICA Mario Antunes Marino

REVISÃO Humberto do Amaral

PROJETO GRÁFICO Isabela Sanches e Juliano Bonamigo

ISBN 978-85-94444-03-5

*A reprodução parcial sem fins lucrativos deste livro,
para uso privado ou coletivo, em qualquer meio, requer
autorização prévia dos editores.*

*As URLs citadas na obra foram acessadas em
outubro de 2018.*

EDITORA FILOSÓFICA POLITEIA

São Paulo | novembro de 2018

www.editorapoliteia.com.br

facebook.com/editorapoliteia

THOMAS LEMKE

**Biopolítica ::
críticas_debates_perspectivas**

TRADUÇÃO Eduardo Altheman Camargo Santos

1ª EDIÇÃO
SÃO PAULO_2018



editora politeia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
de acordo com ISBD. Elaborado por Odílio Hilario Moreira
Junior (CRB-8/9949)

L5 Lemke, Thomas
54b

Biopolítica: críticas, debates e perspectivas / Thomas
Lemke ; traduzido por Eduardo Altheman Camargo Santos. -
São Paulo : Editora Filosófica Politeia, 2018.

192 p. ; 14cm x 20cm.

Tradução de: Biopolitik: zur Einführung

Inclui índice e bibliografia.

ISBN: 978-85-94444-03-5

1. Filosofia. 2. Filosofia Política. 3. Biopolítica. I.
Santos, Eduardo Altheman Camargo. II. Título.

2018-1441

CDD 100

CDU I

Índice para catálogo sistemático:

1. Filosofia 100

2. Filosofia I

7	PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA
11	INTRODUÇÃO
21	1 :: A VIDA COMO FUNDAMENTO DA POLÍTICA Biologia do Estado: dos conceitos organicistas aos racistas :: Biopolitologia: natureza humana e ação política
39	2 :: A VIDA COMO OBJETO DA POLÍTICA Biopolítica ecológica :: Biopolítica centrada na técnica
53	3 :: O GOVERNO DOS SERES VIVOS: MICHEL FOUCAULT Fazer viver e deixar morrer :: Racismo e poder de morte :: Economia Política e governo liberal :: Resistência e práticas de liberdade
79	4 :: PODER SOBERANO E VIDA NUA: GIORGIO AGAMBEN A regra da exceção :: A “vida nua” e o campo :: Três complexos de problemas
95	5 :: CAPITALISMO E MULTIDÃO VIVA: MICHAEL HARDT E ANTONIO NEGRI Dominação imperial e trabalho imaterial :: Multidão e os paradoxos do biopoder :: Ontologia e imanência
111	6 :: DESPARECIMENTO E TRANSFORMAÇÃO DA POLÍTICA Política do corpo :: Política-vida :: Biolegitimidade
131	7 :: FIM E REINVENÇÃO DA NATUREZA Política molecular, tanatopolítica, antropopolítica :: Biossociabilidade :: Etopolítica
147	8 :: POLÍTICA VITAL E BIOECONOMIA Da economia humana ao capital humano :: Biocapital
163	9 :: PERSPECTIVA: PARA UMA ANALÍTICA DA BIOPOLÍTICA
173	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
185	ÍNDICE REMISSIVO

**PREFÁCIO
À EDIÇÃO
BRASILEIRA**

É raro que uma só palavra consiga capturar uma constelação histórica específica, mas isso pode muito bem aplicar-se a um conceito que tem sido usado frequentemente desde a virada do século: biopolítica. O termo tem sido fundamental na reflexão a respeito de assuntos tão heterogêneos quanto as ideologias racistas e políticas genocidas, ou o governo de questões ambientais e de inovações biomédicas e biotecnológicas, como a pesquisa de células-tronco, as tecnologias reprodutivas e o Projeto Genoma Humano. Sem exageros, pode-se afirmar que a “biopolítica” serviu, em muitos debates, como uma chave interpretativa para a análise e a crítica de formas contemporâneas de poder — frequentemente de um modo profundamente novo e original, ao conectar os problemas mais tradicionais do poder e da dominação com questões relativas ao corpo e à natureza, à raça e ao gênero, à vida e à morte. De fato, a intensidade do debate e a proeminência da biopolítica indicam que o termo captura algo essencial em nossa era.

No entanto, embora muitos assuntos políticos e questões teóricas importantes tenham sido abordados com o emprego da noção de biopolítica, muitas vezes não fica claro o que exatamente o termo denota. Na verdade, ele é utilizado de modos conflitantes ou até mesmo contraditórios. Para explorar o potencial analítico e crítico da noção, mostra-se necessário contextualizar e confrontar as diferentes posições teóricas envolvidas nesse debate. Essa convicção marcou o ponto de partida deste livro,

que oferece a primeira tentativa sistemática de examinar os significados específicos de biopolítica nas teorias sociais e na filosofia, e apresenta um panorama da história da noção de biopolítica e explora sua relevância nos debates teóricos contemporâneos.

O resultado desse experimento intelectual foi publicado originalmente em alemão em 2007, com o título *Biopolitik zur Einführung*. Minha intenção era escrever um livro que visava dois tipos diferentes de leitores. O livro foi projetado tanto como uma introdução acessível aos “iniciantes” quanto como uma obra de interesse para aqueles já familiarizados com a noção de biopolítica, e buscava identificar suas dimensões históricas e oferecer uma consideração sistemática das diferentes abordagens conceituais. Parece que esse tipo de livro era necessário. Na década passada, ele foi traduzido para o inglês, dinamarquês, polonês, turco, coreano, espanhol e persa. A edição brasileira baseia-se na segunda edição da versão alemã, ligeiramente revista e atualizada, publicada em 2013. Ela inclui uma literatura sobre o tópico publicada mais recentemente e algumas correções e modificações menores.

Eu gostaria de expressar minha gratidão àqueles que tornaram esta edição possível, especialmente Eduardo Altheman C. Santos e Mario Marino. Eduardo traduziu o livro elegantemente para o português e Mario assumiu o risco editorial desta publicação. Seus apoios foram indispensáveis para o sucesso deste projeto de tradução.

Estou extremamente entusiasmado e feliz pela oportunidade de apresentar este livro a uma audiência brasileira. É um fato bem conhecido que Foucault esteve no Brasil diversas vezes, e as conferências que apresentou estavam frequentemente ligadas a importantes inovações teóricas e conceituais. De fato, foi em uma fala no Rio de Janeiro em 1974 que Foucault introduziu o

conceito de biopolítica. Espero muito que este pequeno livro, publicado mais de quarenta anos após sua última visita a esse país, fomente debates teóricos e políticos no Brasil hoje. Ele pode contribuir para discussões sobre o impacto de autores como Giorgio Agamben, Michael Hardt e Antonio Negri, e pode também auxiliar aqueles envolvidos em debates sobre as implicações sociais e políticas da biotecnologia e da biomedicina. Dadas a vibrante vida intelectual no Brasil e as questões políticas em jogo, estou certo que essa edição encontrará leitores interessados entre acadêmicos, estudantes e um público mais amplo em busca de ferramentas conceituais e teóricas para compreender a vida nas sociedades contemporâneas.

THOMAS LEMKE

Frankfurt am Main, 20 de agosto de 2018

INTRODUÇÃO

O conceito de biopolítica tem um rastro notável atrás de si. Se até há pouco era conhecido somente entre um pequeno número de especialistas, hoje ele encontra uma ressonância cada vez maior. Nesse ínterim, o espectro de seus modos de aplicação expandiu-se para outros campos, tais como asilo político, prevenção à Aids e questões de crescimento populacional. Essa noção refere-se também a subsídios a produtos agrícolas, a fomento de pesquisas medicinais, a determinações penais em relação ao aborto e a testamentos em vida, nos quais pacientes decidem sobre o término da própria vida.¹

Mas não apenas os objetos empíricos, como também avaliações normativas divergem largamente. Por biopolítica, uns entendem uma configuração racional e democrática das relações da vida, enquanto outros associam-na a práticas de segregação, assassinato de doentes, eugenia e racismo. O conceito emerge tanto em representantes da velha direita como em textos mais recentes da esquerda radical. Ele é apresentado por críticos do progresso biotecnológico e também por seus defensores, tanto por racistas declarados como por marxistas confessos.

Evidentemente, cada um quer dizer algo diferente quando o assunto é biopolítica. Mas parece ser claro a que o conceito se refere. De acordo com seu sentido literal, biopolítica significa

1 Cf. as entradas que constam em *Léxico da biopolítica*, publicado na Itália (BRANDIMARTE *et al.*, 2006).

a política que se ocupa com a vida (do grego *bíos*); no entanto, aqui já começam os problemas. Pois aquilo que, para alguns, soa como uma banalidade (“a política não se ocupa sempre com a vida?”), para outros, é um critério de exclusão: a política deveria começar somente onde termina a vida biológica. A biopolítica atuaria aqui como um oximoro, como a coexistência de dois conceitos contraditórios, pois a política, no sentido clássico, é ação e decisão em conjunto, justamente aquilo que ultrapassa o “apenas” criatural e corporal. Também na demarcação histórica há pouca unidade: a biopolítica remonta à Antiguidade, possivelmente desde o advento da agricultura, ou ela é o resultado de inovações biotecnológicas no presente recente e marca o “limiar de uma nova era”? (MIETZSCH, 2002, p. 4)

Este livro busca trazer clareza a essas imprecisões conceituais e proporcionar uma orientação fundamental à biopolítica. Uma vez que se trata da primeira introdução ao tema, não pudemos recorrer nessa tarefa a modelos ou a um cânone estabelecido para seleção e classificação. Faltam igualmente contornos disciplinares inequívocos. A biopolítica refere-se a um campo teórico e empírico que atravessa fronteiras de disciplinas e mina divisões de trabalho acadêmicas e intelectuais estabelecidas. Contra esse pano de fundo, esta introdução tem um objetivo duplo. De um lado, ela deve fornecer ao leitor um panorama sistemático da história do conceito de biopolítica, e, de outro lado, elucidar seu significado para debates teóricos atuais.

Queremos deixar claro, entretanto, que este livro não pretende oferecer ao leitor um relato neutro nem uma exposição representativa dos diferentes modos históricos e contemporâneos de aplicação do termo “biopolítica”. Os diferentes conceitos ligados ao campo da biopolítica, ao contrário, são analisados sob uma perspectiva teórica independente. O motivo para tal é de

natureza sistemática. A definição de biopolítica e a especificação de seus âmbitos de objetos não são atividades isentas de valor, que seguem uma lógica de pesquisa universal e objetiva, mas sim componentes de um campo político e teórico conflituoso e em movimento. Toda resposta às perguntas sobre quais processos e estruturas, quais racionalidades e tecnologias, quais épocas e períodos, é assinalada por meio da formulação genuinamente “biopolítica” do problema, é o resultado de uma perspectiva específica, que adere a algo particular e seletivo. Toda determinação da biopolítica deve, logo, provar seu potencial analítico e crítico contra os pontos cegos, as lacunas e as vulnerabilidades das propostas interpretativas concorrentes.

O ponto de partida para a grade analítica aqui proposta é a constelação polar que está colocada desde o princípio, quando se reúne vida e política por meio do conceito de biopolítica.² Os conceitos em questão diferenciam-se de acordo com a parte da palavra que enfatizam. Conceitos naturalísticos que concebem a vida como fundamento da política se distinguem de abordagens politizantes que enxergam os processos da vida como objeto da política. A alegada base natural da política está no centro de um conjunto de teorias, que será apresentado no primeiro capítulo e que abrange desde conceitos organicistas do Estado do início do século xx, passando por modelos de argumentação racista no nacional-socialismo e na velha e nova direita, até chegar a enfoques biologizantes na ciência política contemporânea. O polo oposto, politizante, apreende a biopolítica como um campo de ação ou subseção da política que se ocupa com a regulação e condução dos processos da vida. Essa linha de interpretação

2 Para uma proposta de sistematização organizada de outro modo, *cf.* BUCHSTEIN; BEIER, 2004; HEINS; FLITNER, 1998.

emerge nos anos 1960 essencialmente em duas formas: de um lado, como biopolítica ecológica, que tem objetivos conservadores e defensivos e vincula a política à proteção e à preservação dos fundamentos naturais da vida; e, de outro, como uma leitura técnica da biopolítica, cujos representantes estão mais interessados no desdobramento dinâmico e no alargamento econômico produtivista. Para essa vertente, a biopolítica deveria assinalar um novo campo político, que surge como resultado de saberes medicinais e científicos e de suas conversões tecnológicas. Essa interpretação é hoje especialmente popular e é citada regularmente nos discursos políticos e na mídia para descrever ou propagar as consequências e potenciais sociais e políticos de processos de inovação biotecnológicos. As diferentes facetas do discurso politizante são examinadas no segundo capítulo.

A tese central deste livro é a de que ambas as linhas de interpretação não apreendem dimensões decisivas dos processos biopolíticos. Mesmo com todas as diferenças entre si, a posição naturalizante e a politizante partilham suposições fundamentais importantes, pois fazem referência a uma hierarquia estável e a uma relação externa entre vida e política. Se os representantes do naturalismo veem a vida “por baixo” da política, de modo que a vida deve dirigir e explicar o pensamento e a ação política, o lado oposto põe a política “por cima” da vida: a política seria mais que “somente” biologia e ultrapassaria as necessidades da existência biológica. Ambas as perspectivas mantêm estável, cada uma à sua maneira, um dos polos do campo de significados para explicar, a partir dele, as variabilidades do outro. Ao fazê-lo, entretanto, elas perdem a instabilidade das fronteiras entre “vida” e “política”, variabilidade essa que se torna tempestuosa na conjuntura do conceito de biopolítica. Perdem também o exame da relacionalidade e da historicidade dos polos, “vida” e “política”,

que são aparentemente isolados um do outro. O conceito de biopolítica sinaliza muito mais um tipo de dupla negação (*cf.* NANCY, 2002): diferente do assumido pela posição naturalizante, a vida não representa nenhuma referência normativa e ontológica estável. Mais tarde, com as inovações biotecnológicas, mostra-se que os processos da vida se tornaram, em certa medida, configuráveis, o que parece tornar ultrapassada qualquer noção de uma natureza intocada pela ação humana. Nesse sentido, a natureza só pode ser conceitualizada como componente integral das relações entre natureza e sociedade. Ao mesmo tempo, torna-se cada vez mais claro que a biopolítica simboliza uma transformação significativa do político. A vida não é apenas objeto da ação política e também não mantém com esta uma relação exterior; ela afeta o cerne do político. A biopolítica tem menos a ver com a expressão da vontade de um soberano que com a administração e regulação dos processos da vida no nível da população. Ela tem mais a ver com seres vivos que com sujeitos de direito — mais precisamente: com sujeitos de direito que são concomitantemente seres vivos. Ela tampouco pode ser reduzida completamente à política no sentido de ações planejadas conscientemente por atores ou coletivos de atores que possuem objetivos mais ou menos concretos. Isso se deve, por um lado, ao grande campo de consequências não pretendidas da ação;³ mas também, por outro lado, ao fato de que os fenômenos biopolíticos não se restringem, em princípio, a ações ou a suas respectivas consequências, mas abrangem também — como

3 O exemplo pertinente nesse contexto é o fato de que as decisões individuais quanto à procriação e à utilização de procedimentos de diagnóstico pré-natal, tomados conjuntamente, podem desenvolver efeitos eugênicos no nível populacional.

mostraremos — formas de saber, estruturas de comunicação e modos de subjetivação.

Contra as leituras naturalizantes e politizantes, propomos um conceito relacional e histórico de biopolítica, desenvolvido primeiramente pelo historiador e filósofo francês Michel Foucault. De acordo com ele, a vida não designa nem o fundamento nem o objeto da política, mas sim a sua fronteira — que deve ser ao mesmo tempo respeitada e ultrapassada e que aparece, na mesma medida, como natural e dada de antemão, como artificial e revisável. Para Foucault, a “biopolítica” representa acima de tudo uma cesura dentro da ordem do político: a “entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder [...] no campo das técnicas políticas” (FOUCAULT, 2001, p. 154). O conceito de Foucault de biopolítica pressupõe a abstração “da” vida de seus portadores substanciais. Os objetos da biopolítica não são existências humanas singulares. São suas características biológicas, alçadas ao nível populacional. Somente por meio desse trabalho de abstração podem-se definir normas, estabelecer padrões e obter valores médios. A “vida” torna-se, assim, uma grandeza autônoma, objetivável e mensurável e uma realidade coletiva, que pode ser dissociada das formas de vida concretas e da particularidade de experiências de vida individuais.

Aqui, o conceito de biopolítica refere-se ao desenvolvimento de um saber político específico e de novas disciplinas, como a estatística, a demografia, a epidemiologia e a biologia, que analisam os processos da vida no nível das populações, para “governar” indivíduos e coletivos por meio de medidas corretivas, excludentes, normalizadoras, disciplinadoras, terapêuticas ou otimizadoras. Foucault aponta que, no âmbito de um governo dos seres vivos, a natureza não representa um domínio autônomo, no qual em princípio não se pode intervir, mas um domínio que

depende da própria ação governamental. Em vez de ser um substrato material sobre o qual as práticas governamentais encontram aplicação, a natureza é seu correlato constante. O estatuto sujeito/objeto singular da figura política da “população” desempenha um papel importante. Se, por um lado, esta representa uma realidade coletiva, a princípio independente de intervenções políticas e que se distingue por sua dinâmica própria e por suas competências de autocondução, por outro, tal autonomia não é uma fronteira absoluta das intervenções políticas, mas sim, ao contrário, sua referência privilegiada. A descoberta de uma “natureza” da população (tais quais taxas de nascimento, de mortalidade, de morbidade etc.) é a condição de possibilidade de sua condução almejada. O terceiro capítulo deste livro apresenta as diferentes dimensões do conceito de biopolítica para Foucault. Nos capítulos seguintes, apresentamos as linhas de recepção, as correções e os desenvolvimentos posteriores que emanaram de Foucault.

Os escritos de Giorgio Agamben e os trabalhos de Michael Hardt e Antonio Negri são indubitavelmente as contribuições mais proeminentes para a atualização do conceito foucaultiano de biopolítica. Ambas as teorias atribuem um papel estratégico aos processos de decomposição e de demarcação das fronteiras. Se, de acordo com Agamben, a separação entre a “vida nua” — a existência reduzida a suas funções biológicas — e a existência jurídica determina a história política do Ocidente desde a Antiguidade, Hardt e Negri analisam, de outro modo, uma nova etapa da configuração social [*Vergesellschaftung*] capitalista, que enxergam por meio da dissolução das fronteiras entre economia e política, reprodução e produção. Se a crítica de Agamben à apreciação de Foucault afirma que a biopolítica moderna se assentaria no fundamento sólido de um poder soberano pré-moderno, Hardt e Negri acusam Foucault de não ter reconhecido

a transformação de uma biopolítica moderna em uma pós-moderna. Suas contribuições respectivas para a discussão são objeto dos capítulos quarto e quinto deste livro.

No ponto central dos capítulos seguintes, estão dois feixes principais da recepção de Foucault. O primeiro deles foca no modo do político e investiga a questão de em que medida as formulações biopolíticas se diferenciam histórica e sistematicamente das formas “clássicas” de representação e articulação política. A ênfase da exposição recai aqui sobre os trabalhos de Agnes Heller e Ferenc Fehér e sua tese de regressão da política por meio da consideração crescente de assuntos biopolíticos; sobre o conceito de política-vida em Anthony Giddens (que, entretanto, não se refere explicitamente a Foucault); e, finalmente, sobre a ideia de biolegitimidade em Didier Fassin (capítulo 6). A segunda linha da recepção interessa-se pela substância da vida e examina se os fundamentos, meios e objetivos das intervenções biopolíticas transformam-se no curso de um acesso alargado e biotecnologicamente amparado aos processos da vida e ao corpo humano. Nesse contexto, são discutidas as ideias de uma política molecular, tanatopolítica e antropopolítica, desenvolvidas como ampliação crítica das teses foucaultianas, assim como os conceitos de biossociabilidade (Paul Rabinow) e de etopolítica (Nikolas Rose).

O oitavo capítulo deste livro dedica-se a um domínio da biopolítica até agora pouco elucidado e apresenta uma série de conceitos teóricos que mostram que a politização da vida não pode ser separada de sua economicização. O espectro abrange desde a noção de uma “economia humana”, esboçada no início do século xx pelo filósofo social e sociólogo das finanças austríaco Rudolf Goldscheid, passando pela ideia de uma política da vida no liberalismo alemão do pós-Guerra e pela teoria do

capital humano da Escola de Chicago, até as visões de uma “bioeconomia” em programas atuais de ação política. Também são apresentados alguns trabalhos recentes de ciências sociais que iluminam criticamente a relação entre inovações biocientíficas e transformações do capitalismo. No último capítulo, são sintetizados os desenvolvimentos posteriores do e as correções ao conceito foucaultiano de biopolítica em uma “análise da biopolítica”. Procuramos demonstrar a importância teórica de tal perspectiva de investigação e como ela se diferencia do discurso bioético.

Caso esses capítulos, bastante heterogêneos, componham um todo e disso resulte uma introdução “viva” (no sentido de uma exposição clara e inteligível) no campo da biopolítica, isso se deve, acima de tudo, aos leitores e consultores que contribuíram direta ou indiretamente com a conclusão do manuscrito. Recebemos sugestões valiosas e indicações proveitosas de Martin Saar, Ulrich Bröckling, Robin Celikates, Susanne Krasmann, Wolfgang Menz, Peter Wehling, Caroline Prassel e Heidi Schmitz. Pela assistência técnica na conclusão do manuscrito agradeço a Ina Walter e, por uma revisão cuidadosa, a Steffen Herrmann. As discussões construtivas com os colegas do Instituto de Pesquisa Social ajudaram a precisar meus pensamentos. Por fim, agradeço à Sociedade Alemã de Amparo à Pesquisa [*Deutsche Forschungsgemeinschaft*], que fomentou o trabalho neste livro por meio de uma bolsa Heisenberg.